

André de Carvalho Ramos

# Curso de Direitos Humanos

8ª edição

2021

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, 3º andar  
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

**SAC** | [sac.sets@somoseducao.com.br](mailto:sac.sets@somoseducao.com.br)

<b>Direção executiva</b>	Flávia Alves Bravin
<b>Direção editorial</b>	Renata Pascual Müller
<b>Gerência de projetos e produção editoriais</b>	Fernando Penteadado
<b>Planejamento</b>	Josiane de Araujo Rodrigues
<b>Novos projetos</b>	Sérgio Lopes de Carvalho Dailia Costa de Oliveira
<b>Edição</b>	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Aline Darcy Flôr de Souza
<b>Produção editorial</b>	Daniele Debora de Souza (coord.) Verônica Pivisan Reis
<b>Arte e digital</b>	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
<b>Projetos e serviços editoriais</b>	Daniela Maria Chaves Carvalho Kelli Priscila Pinto Laura Paraiso Buldini Filogônio Manlia Cordeiro Nicoly Wasconcelos Razuk
<b>Diagramação</b>	SBNigri Artes e Textos Ltda.
<b>Revisão</b>	Carmem Becker
<b>Capa</b>	Tiago Dela Rosa
<b>Produção gráfica</b>	Maril Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
<b>Impressão e acabamento</b>	Barbara

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**  
**ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057**

Ramos, André de Carvalho

Curso de direitos humanos / André de Carvalho Ramos. -  
8. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.  
1144 p.

**Bibliografia**

ISBN 978-65-5559-253-5 (impresso)

1. Direitos humanos – Brasil. 2. Direitos humanos (Direito internacional) I. Título.

20-0494 CDD 341  
CDU 341:347.121.1

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Direitos humanos e direito internacional

**Data de fechamento da edição: 28-10-2020**

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606813 CAE 741424

## SUMÁRIO

Apresentação da 8ª edição.....	23
--------------------------------	----

### PARTE I – ASPECTOS BÁSICOS DOS DIREITOS HUMANOS

<b>Capítulo I – Direitos humanos: conceito, estrutura e sociedade inclusiva.....</b>	<b>31</b>
1. Conceito e estrutura dos direitos humanos.....	31
2. Conteúdo e cumprimento dos direitos humanos: rumo a uma sociedade inclusiva.....	32
<b>Capítulo II – Os direitos humanos na história.....</b>	<b>35</b>
1. Direitos humanos: Faz sentido o estudo das fases precursoras?.....	35
2. A fase pré-Estado Constitucional.....	36
2.1. A Antiguidade Oriental e o esboço da construção de direitos.....	36
2.2. A visão grega e a democracia ateniense.....	37
2.3. A República Romana.....	38
2.4. O Antigo e o Novo Testamento e as influências do cristianismo e da Idade Média.....	38
2.5. Resumo da ideia dos direitos humanos na Antiguidade: a liberdade dos antigos e a liberdade dos modernos.....	39
3. A crise da Idade Média, início da Idade Moderna e os primeiros diplomas de direitos humanos.....	40
4. O debate das ideias: Hobbes, Grócio, Locke, Rousseau e os iluministas.....	43
5. A fase do constitucionalismo liberal e das declarações de direitos.....	46
6. A fase do socialismo e do constitucionalismo social.....	49
7. A internacionalização dos direitos humanos.....	51
<b>Capítulo III – Terminologia, Fundamento e Classificação.....</b>	<b>53</b>
1. Terminologia: os direitos humanos e os direitos fundamentais.....	53
2. Classificação dos direitos humanos.....	57
2.1. A teoria do <i>status</i> e suas repercussões.....	57
2.2. A teoria das gerações ou dimensões: a inexauribilidade dos direitos humanos.....	59
2.3. A classificação pelas funções.....	63
2.4. A classificação pela finalidade: os direitos e as garantias.....	65
2.5. A classificação adotada na Constituição de 1988.....	67
2.5.1. Direitos individuais.....	68
2.5.2. Direitos sociais.....	68
2.5.3. Direito à nacionalidade.....	70
2.5.4. Direitos políticos e os partidos.....	71

2.5.5. Direitos coletivos, difusos e os direitos individuais de expressão coletiva.....	74
2.5.6. Os deveres individuais e coletivos.....	75
2.6. A classificação pela forma de reconhecimento.....	76
2.7. Mínimo existencial e a reserva do possível.....	80
3. Dignidade humana.....	81
3.1. Conceito de dignidade humana e seus elementos.....	81
3.2. Usos possíveis da dignidade humana.....	84
4. Os fundamentos dos direitos humanos.....	88
4.1. O fundamento jusnaturalista.....	88
4.1.1. O jusnaturalismo de origem religiosa e o de origem racional.....	88
4.1.2. O jusnaturalismo de direitos humanos no direito internacional e no STF.....	90
4.2. O positivismo nacionalista.....	92
4.3. As teorias utilitaristas, socialistas e comunistas do século XIX e a crítica aos direitos humanos.....	94
4.3.1. O utilitarismo clássico: Bentham e Stuart Mill.....	94
4.3.2. O socialismo e o comunismo.....	95
4.4. A reconstrução dos direitos humanos no século XX: a dignidade humana e a abertura aos princípios jurídicos.....	96
5. As especificidades dos direitos humanos.....	98
5.1. A centralidade dos direitos humanos.....	98
5.2. Universalidade, inerência e transnacionalidade.....	98
5.3. Indivisibilidade, interdependência e unidade.....	101
5.4. A abertura dos direitos humanos, não exaustividade e fundamentalidade..	103
5.5. Imprescritibilidade, inalienabilidade, indisponibilidade.....	104
5.6. Proibição do retrocesso.....	107
5.7. A justiciabilidade dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DESCAs).....	111
6. A interpretação.....	114
6.1. A interpretação conforme os direitos humanos.....	114
6.2. A interpretação dos direitos humanos: aspectos gerais.....	115
6.3. A máxima efetividade, a interpretação <i>pro homine</i> e o princípio da primazia da norma mais favorável ao indivíduo.....	120
7. A resolução dos conflitos entre direitos humanos.....	124
7.1. Aspectos gerais: a delimitação dos direitos humanos.....	124
7.2. Teoria interna.....	125
7.3. Teoria externa.....	128
7.4. O princípio da proporcionalidade.....	131
7.4.1. Conceito e situações típicas de invocação na temática dos direitos humanos.....	131
7.4.2. Fundamento.....	133
7.4.3. Elementos da proporcionalidade.....	134
7.4.4. A proibição da proteção insuficiente: o sentido positivo da proporcionalidade.....	137
7.4.5. A regra de colisão previamente disposta na Constituição e a ponderação de 2º grau.....	139
7.4.6. Proporcionalidade e razoabilidade.....	144

7.4.7. Inconstitucionalidade e proporcionalidade .....	145
8. A proteção do conteúdo essencial dos direitos humanos e a “garantia dupla” .....	149
9. Espécies de restrições dos direitos humanos .....	152
9.1. As restrições legais: a reserva legal simples e a reserva legal qualificada .....	152
9.2. Os direitos sem reserva expressa: a reserva legal subsidiária e a “reserva geral de ponderação” .....	153
9.3. As limitações dos direitos humanos pelas relações especiais de sujeição.....	154
9.4. O enfrentamento de situações de emergência à luz dos direitos humanos ...	155
10. Os diálogos institucionais e a convivência entre a legitimidade democrática e a proteção dos direitos humanos .....	158

## **PARTE II – ASPECTOS PRINCIPAIS DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS, DE DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO E DO DIREITO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS**

<b>Capítulo I – Os três eixos da proteção internacional de direitos humanos .....</b>	<b>163</b>
<b>Capítulo II – O sistema universal (ONU) .....</b>	<b>167</b>
1. A Carta Internacional dos Direitos Humanos .....	167
2. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos .....	168
2.1. Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos .....	173
2.2. Segundo Protocolo Adicional ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos .....	173
3. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC).....	175
3.1. Protocolo Facultativo ao PIDESC .....	180
4. Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura .....	182
5. Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio .....	187
6. Convenção sobre Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes Contra a Humanidade .....	190
7. Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados e Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados .....	192
8. Declaração de Nova York sobre Refugiados e Migrantes.....	198
9. Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas (1954) .....	199
10. Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia (1961).....	203
11. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.....	205
12. Convenção Internacional sobre a supressão e punição do crime de <i>apartheid</i> .....	208
13. Convenção Internacional contra o <i>apartheid</i> nos esportes .....	210
14. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e respectivo Protocolo Facultativo .....	212
15. Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e Protocolo Opcional.....	220
16. Protocolo de Istambul.....	228
17. Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras Nelson Mandela).....	229
18. Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok)..	238
19. Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desemparelhamento Forçado .....	243
20. Convenção sobre os Direitos da Criança.....	252

20.1. O Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados .....	265
20.2. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil .....	267
20.3. Protocolo facultativo à convenção sobre os direitos das crianças, relativo aos procedimentos de comunicação.....	272
21. Declaração e Programa de Ação de Viena (1993) .....	276
22. Protocolo de Prevenção, Supressão e Punição do Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças, complementar à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional .....	279
23. Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.....	283
24. Tratado de Marraqueche sobre acesso facilitado a obras publicadas .....	289
25. Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias .....	294
26. Princípios de Yogyakarta sobre orientação sexual – “Mais 10” .....	304
27. Convenção n. 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais .....	310
28. Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas .....	315
29. Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais .....	318
30. Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos .....	322
31. Convenção Quadro de Controle do Tabaco (CQCT) .....	329
32. Princípios Básicos sobre a Independência do Poder Judiciário e os Princípios de Bangalore .....	333
33. O Protocolo de Minnesota sobre Investigação de Mortes Potencialmente Ilícitas.....	338
34. Princípios básicos sobre o uso da força e armas de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei.....	341
<b>Capítulo III – O sistema regional americano .....</b>	<b>345</b>
1. A Carta da OEA e a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem: aspectos gerais do sistema .....	345
2. Atuação específica da Organização dos Estados Americanos (OEA) .....	348
2.1. A OEA e a valorização da Defensoria Pública .....	348
2.2. os relatórios anuais e relatoria para a liberdade de expressão .....	348
3. Convenção Americana Sobre Direitos Humanos (“Pacto de San José da Costa Rica”).....	350
4. Protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais (“Protocolo de San Salvador”) .....	363
5. Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos Referente à Abolição da Pena de Morte.....	370
6. Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.....	371
7. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (“Convenção de Belém do Pará”).....	374
8. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência .....	379
9. Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado.....	382
10. Carta Democrática Interamericana .....	387
11. Carta Social das Américas.....	389
12. Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas .....	392
13. Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância..	394

14. Convenção Interamericana contra o Racismo, Discriminação Racial e Formas Conexas de Intolerância .....	398
15. Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas .....	400
16. Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe (Acordo de Escazú).....	403
<b>Capítulo IV – O sistema do Mercado Comum do Sul (Mercosul) .....</b>	<b>407</b>
1. Aspectos gerais do Mercosul e a defesa da democracia e dos direitos humanos.....	407
2. Os protocolos de Ushuaia I e II.....	408
3. Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul .....	410
<b>Capítulo V – Mecanismos internacionais de proteção e monitoramento dos direitos humanos: competência, composição e funcionamento .....</b>	<b>413</b>
1. Aspectos gerais do sistema global (ONU).....	413
2. Conselho de Direitos Humanos.....	414
2.1. Relatores especiais.....	415
2.2. Revisão Periódica Universal.....	416
3. Comitê de Direitos Humanos .....	419
4. Conselho Econômico e Social e Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais .....	424
5. Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial.....	428
6. Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher .....	429
7. Comitê contra a Tortura .....	433
8. Comitê para os Direitos da Criança .....	442
9. Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência .....	445
10. Comitê contra Desaparecimentos Forçados .....	447
11. Resumo da atividade de monitoramento internacional pelos Comitês ( <i>treaty bodies</i> ) .....	449
12. Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos.....	450
13. Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Comissão IDH).....	453
13.1. Aspectos gerais.....	453
13.2. A Comissão IDH e o trâmite das petições individuais .....	454
13.2.1. Provocação e condições de admissibilidade .....	454
13.2.2. A conciliação perante a Comissão .....	456
13.2.3. As medidas cautelares da Comissão.....	456
13.2.4. O Primeiro Informe e possível ação perante a Corte IDH .....	460
13.2.5. O Segundo Informe .....	460
13.3. Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	461
13.3.1. Composição e o juiz <i>ad hoc</i> .....	461
13.3.2. Funcionamento .....	462
13.3.3. Legitimidade ativa e passiva nos processos contenciosos.....	463
13.3.4. O EPAP (ESAP) e o defensor público interamericano .....	463
13.3.5. Contestação, exceções preliminares e provas.....	464
13.3.6. Os <i>amici curiae</i> .....	465
13.3.7. As medidas provisórias.....	465
13.3.8. Desistência, reconhecimento e solução amistosa .....	467
13.3.9. A sentença da Corte: as obrigações de dar, fazer e não fazer .....	467

13.3.10. O recurso cabível .....	468
13.3.11. Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos: casos contenciosos.....	468
13.3.12. A jurisdição consultiva da Corte IDH .....	508
14. Entes e procedimentos da proteção da democracia no Mercosul.....	517

## **Capítulo VI – O Tribunal Penal Internacional e os direitos humanos .....**

<b>1. Os Tribunais precursores: de Nuremberg a Ruanda.....</b>	<b>521</b>
2. O Estatuto de Roma .....	524
3. A fixação da jurisdição do TPI.....	526
4. O princípio da complementaridade e o regime jurídico: imprescritível e sem imunidades.....	526
5. Os crimes de <i>jus cogens</i> .....	528
5.1. Genocídio .....	528
5.2. Crimes contra a humanidade .....	529
5.3. Crimes de guerra.....	530
5.4. Crime de agressão.....	530
6. O trâmite.....	532
7. Penas e ordens de prisão processual.....	535
8. O TPI e o Brasil.....	536

## **PARTE III – O BRASIL E OS DIREITOS HUMANOS**

1. Da Constituição de 1824 ao Congresso Nacional Constituinte (1985-1987).....	545
2. A Constituição de 1988, fundamentos, objetivos e a internacionalização dos direitos humanos.....	548
2.1. Os fundamentos e objetivos da República.....	548
2.2. A expansão dos direitos humanos e sua internacionalização na Constituição de 1988 .....	549
2.3. A supremacia da Constituição e os direitos humanos .....	550
2.4. Cláusulas pétreas .....	552
3. Os tratados de direitos humanos: formação, incorporação e hierarquia normativa no Brasil.....	559
3.1. As normas constitucionais sobre a formação e incorporação de tratados ....	559
3.1.1. Terminologia e a prática constitucional brasileira.....	559
3.1.2. A teoria da junção de vontades.....	560
3.1.3. As quatro fases: da formação da vontade à incorporação .....	560
3.1.4. A hierarquia normativa ordinária ou comum dos tratados .....	565
3.2. Processo legislativo, aplicação e hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos em face do art. 5º, e seus parágrafos, da CF/88 .....	570
3.2.1. Aspectos gerais .....	570
3.2.2. A situação antes da Emenda Constitucional n. 45/2004: os §§ 1º e 2º do art. 5º.....	571
3.3. A hierarquia normativa dos tratados de direitos humanos e a Emenda Constitucional n. 45/2004.....	572
3.3.1. Aspectos gerais.....	572
3.3.2. As diferentes visões doutrinárias sobre o impacto do rito especial do art. 5º, § 3º, na hierarquia dos tratados de direitos humanos.....	574



3.4. A teoria do duplo estatuto dos tratados de direitos humanos: natureza constitucional (os aprovados pelo rito do art. 5º, § 3º) e natureza supra-legal (todos os demais) .....	577
3.5. O impacto do art. § 3º, no processo de formação e incorporação dos tratados de direitos humanos .....	579
3.5.1. O rito especial do art. 5º, § 3º, é facultativo: os tratados de direitos humanos aprovados pelo rito comum depois da EC n. 45/2004....	579
3.5.2. O rito especial pode ser requerido pelo Presidente ou pelo Congresso .....	580
3.5.3. O decreto de promulgação continua a ser exigido no rito especial ...	580
4. A denúncia de tratado internacional de direitos humanos em face do direito brasileiro .....	581
5. A aplicabilidade imediata das normas contidas em tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil.....	584
6. O bloco de constitucionalidade .....	584
6.1. O bloco de constitucionalidade amplo.....	584
6.2. O bloco de constitucionalidade restrito .....	585
nacional e o controle de matriz nacional .....	587
8. “O Diálogo das Cortes” e seus parâmetros .....	591
9. A crise dos “tratados internacionais nacionais” e a superação do conflito entre decisões sobre direitos humanos: a teoria do duplo controle.....	594
10. A competência da Justiça Federal nas hipóteses de grave violação de direitos humanos.....	597
10.1. O incidente de deslocamento de competência: origens e trâmite .....	597
10.2. A motivação para a criação do IDC e requisitos para seu deferimento.....	597
10.3. A prática do deslocamento .....	598
10.4. As críticas ao IDC .....	601
11. A busca da implementação dos direitos humanos no Brasil.....	605
11.1. O IDH brasileiro e a criação de uma política de direitos humanos.....	605
11.2. Os Programas Nacionais de Direitos Humanos 1, 2 e 3 .....	606
11.3. Programas estaduais de direitos humanos.....	612
12. As principais instituições de defesa e promoção dos direitos humanos no Poder Executivo Federal, após o <i>impeachment</i> de 2016 e a reforma de 2019.....	615
12.1. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos .....	615
12.2. A nova regulamentação dos Conselhos de Participação Social .....	618
12.3. Secretarias do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos....	620
12.4. Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos .....	622
12.5. Conselho Nacional dos Direitos Humanos .....	622
12.6. Outros órgãos colegiados federais de defesa de direitos humanos.....	626
12.6.1. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA .....	626
12.6.2. O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE .....	627
12.6.3. O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – CNDPI .....	628
12.6.4. O Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD.....	629
12.6.5. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – CEMDP .....	630
12.6.6. A Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE .....	631

12.6.7. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos – CNEDH ..	632
12.6.8. Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR....	633
12.6.9. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM .....	634
12.6.10. Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa – CNRDR..	634
12.6.11. Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua .....	635
13. No Poder Legislativo Federal: a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados – CDHM .....	640
14. Ministério Público Federal e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.....	641
15. A Defensoria Pública da União e a defesa dos direitos humanos.....	644
16. Instituições de defesa de direitos humanos no plano estadual e municipal .....	646
16.1. O Ministério Público estadual.....	646
16.2. A Defensoria Pública do Estado e a defesa dos direitos humanos.....	647
16.3. Os Conselhos Estaduais de Direitos Humanos.....	648
17. <i>Custos legis, custos vulnerabilis</i> e o <i>amicus curiae</i> na defesa dos direitos humanos.....	649
18. A instituição nacional de direitos humanos e os “Princípios de Paris” .....	652
18.1. O conceito de instituição nacional de direitos humanos .....	652
18.2. Os Princípios de Paris.....	653
18.3. A instituição nacional de direitos humanos e a ONU .....	654
18.4. O Brasil e a instituição nacional de direitos humanos.....	655

#### **PARTE IV – OS DIREITOS E GARANTIAS EM ESPÉCIE**

1. Aspectos gerais.....	663
2. Destinatários da proteção e sujeitos passivos .....	663
3. Direito à vida.....	666
3.1. Aspectos gerais.....	666
3.2. Início: a concepção, o embrião <i>in vitro</i> e a proteção do direito à vida.....	667
3.3. Término da vida: eutanásia, ortotanásia, distanásia e suicídio.....	670
3.4. Pena de morte.....	671
3.4.1. As fases rumo ao banimento da pena de morte .....	671
3.4.2. O tratamento desumano: o “corredor da morte” .....	674
4. O direito à igualdade.....	675
4.1. Livres e iguais: a igualdade na era da universalidade dos direitos humanos.	675
4.2. As dimensões da igualdade.....	678
4.3. As diversas categorias e classificações doutrinárias .....	679
4.4. O dever de inclusão, discriminação direta e indireta, teoria do impacto desproporcional.....	680
4.4.1. Para obter a igualdade: as medidas repressivas, promocionais e as ações afirmativas.....	683
4.4.2. Discriminação estrutural ou sistêmica e o racismo institucional	690
4.5. A violência de gênero .....	693
4.5.1. Aspectos gerais da Lei Maria da Penha.....	693
4.5.2. Aspectos penais e processuais penais da Lei Maria da Penha e a ADI 4.424 .....	696
4.5.3. A igualdade material e a ADC 19 .....	698
4.5.4. A Lei n. 13.104/2015: o feminicídio .....	699
4.6. Decisões do STF e do STJ sobre igualdade.....	700

5. Legalidade.....	711
5.1. Legalidade e reserva de lei.....	712
5.2. Os decretos e regulamentos autônomos (CF, art. 84, IV) .....	714
5.3. Reserva de lei e reserva de Parlamento .....	715
5.4. Regimentos de tribunais e reserva de lei.....	717
5.5. Resoluções do CNJ e do CNMP .....	717
5.6. Precedentes diversos do STF.....	718
6. Direito à integridade física e psíquica.....	723
6.1. Direito à integridade física e moral .....	723
6.2. A tortura (art. 5º, III e XLIII) e seu tratamento constitucional e interna- cional.....	724
6.2.1. O crime de tortura previsto na Lei n. 9.455/97.....	727
6.2.2. O tratamento desumano ou degradante .....	728
6.2.3. Tortura e penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes como conceito integral. Diferenciação entre os elementos do conceito na jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos (caso irlandês) e seus reflexos no art. 16 da Convenção da ONU contra a Tortura de 1984.....	729
6.2.4. Experimentação humana e seus limites bioéticos: casos de con- vergência com o conceito de tortura .....	731
6.3. Precedentes do STF e do STJ.....	731
7. Liberdade de pensamento e expressão da atividade intelectual, artística, cien- tífica e de comunicação .....	735
7.1. Conceito e alcance .....	735
7.2. Espécies de censura e a proteção da criança e do adolescente .....	736
7.3. O monitoramento de ideias: o efeito inibidor nas escolas.....	737
7.4. A liberdade de expressão e o efeito inibidor do uso de sanções cíveis e penais na defesa da honra (o crime de desacato é inconvençional?) .....	738
7.5. A proibição do anonimato, direito de resposta e indenização por danos. .....	743
7.6. A liberdade de expressão e o “discurso de ódio” ( <i>hate speech</i> ).....	744
7.7. Humor, pornografia e outros casos de limite à liberdade de expressão. O racismo recreativo. O “miller-test”. .....	747
7.8. Lei de Imprensa e regulamentação da liberdade de expressão. O uso do Direito Penal na repressão à liberdade de expressão .....	749
7.9. Liberdade de expressão em período eleitoral.....	751
7.10. A liberdade de expressão e as <i>fake news</i> .....	753
7.11. A liberdade de expressão e os membros da magistratura e do Ministério Público. ....	754
7.12. Outros casos de liberdade de expressão e suas restrições no STF .....	757
8. Liberdade de consciência e liberdade religiosa .....	760
8.1. Liberdade de consciência .....	760
8.2. Liberdade de crença ou de religião .....	762
8.3. Limites à liberdade de crença e religião .....	765
9. Direito à intimidade, vida privada, honra e imagem.....	768
9.1. Conceito: diferença entre privacidade (ou vida privada) e intimidade....	768
9.2. Direito à honra e à imagem .....	770
9.3. Direito à privacidade e suas restrições possíveis .....	771
9.4. Direito ao esquecimento e direito à esperança: o conflito entre a priva- cidade e a liberdade de informação.....	773

9.5. Ordens judiciais restringindo a liberdade de informação em nome do direito à privacidade .....	777
9.6. Divulgação de informação de interesse público obtida ilicitamente .....	777
9.7. Inviolabilidade domiciliar .....	778
9.7.1. Conceito e as exceções constitucionais.....	778
9.7.2. Proibição de ingresso no domicílio e a atividade das autoridades tributárias e sanitárias .....	781
9.8. Advogado: inviolabilidade do escritório de advocacia e preservação do sigilo profissional .....	782
9.9. O sigilo de dados em geral .....	783
9.9.1. Sigilo fiscal.....	785
9.9.2. Sigilo bancário.....	787
9.10. O COAF e os sigilos bancário e fiscal .....	792
9.11. O CNJ e os sigilos bancário e fiscal .....	794
9.12. Sigilo de correspondência e de comunicação telegráfica: possibilidade de violação e ausência de reserva de jurisdição.....	794
9.13. O sigilo telefônico e interceptação prevista na Lei n. 9.296/96, inclusive do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática. O Sigilo comum e o sigilo qualificado.....	795
9.14. A gravação realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro: prova lícita, de acordo com o STF (repercussão geral) .....	798
9.15. A interceptação ambiental .....	799
9.16. Casos excepcionais de uso da interceptação telefônica: o “encontro fortuito de crime”, a descoberta de novos autores e a prova emprestada.....	799
9.17. Interceptação telefônica ordenada por juízo cível .....	801
9.18. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	802
9.19. A privacidade e o direito à segurança, à verdade e à justiça: a geolocalização (Caso Marielle) e o uso do WhatsApp .....	807
9.20. Decisões do STF.....	810
10. Liberdade de informação e sigilo de fonte .....	813
10.1. Jurisprudência do STF.....	815
11. Liberdade de locomoção .....	816
11.1. Conceito e restrições à liberdade de locomoção .....	816
11.2. A privação de liberdade após a Lei Anticrime .....	817
11.3. Liberdade provisória com ou sem fiança.....	825
11.4. Prisões nos casos de transgressões militares ou crimes propriamente militares, definidos em lei e as prisões no estado de emergência .....	826
11.5. Enunciação dos direitos do preso.....	827
11.6. Direito a não contribuir para sua própria incriminação.....	828
11.7. Prisão extrapenal.....	831
11.8. Audiência de apresentação ou custódia.....	833
11.9. Sistema prisional, uso de algemas e o estado de coisas inconstitucional...	836
12. Liberdade de reunião e manifestação em praça pública. O discurso contramajoritário, uso de máscaras e as táticas <i>black block</i> .....	841
13. Liberdade de associação .....	843
13.1. Jurisprudência do STF.....	844
14. Direito de propriedade .....	845
14.1. Conceito e função social .....	845
14.2. As restrições impostas ao direito de propriedade.....	846
14.3. A desapropriação.....	848

14.4. Impenhorabilidade .....	849
14.5. Propriedade de estrangeiros .....	849
15. Direitos autorais .....	852
15.1. Direitos autorais e domínio público.....	852
15.2. A proteção à propriedade industrial .....	854
16. Direito de herança e Direito Internacional Privado.....	854
17. Defesa do consumidor.....	855
17.1. Jurisprudência do STJ .....	856
18. Direito à informação e a Lei de Acesso à Informação Pública de 2011 .....	856
19. Direito de petição.....	859
20. Direito à certidão.....	860
21. Direito de acesso à justiça .....	861
21.1. Conceito .....	862
21.2. A tutela coletiva de direitos e a tutela de direitos coletivos.....	864
21.3. Ausência de necessidade de prévio esgotamento da via administrativa e a falta de interesse de agir .....	865
21.4. Arbitragem e acesso à justiça.....	865
21.5. A independência do Poder Judiciário e a tese do uso do “art. 142”. .....	866
22. A segurança jurídica e o princípio da confiança: a defesa do direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada.....	868
23. Juiz natural e promotor natural. A Lei de Abuso de Autoridade .....	870
23.1. Conceito .....	870
23.2. A Constituição Federal e o juiz natural: o foro por prerrogativa de função .....	872
23.3. Juiz Natural e crimes eleitorais conexos com crimes federais comuns: a Operação Lava Jato.....	878
23.4. Promotor natural, força-tarefa e Gaeco .....	879
23.5. Tribunal do Júri.....	881
24. Direitos Humanos no Direito Penal e Processual Penal.....	884
24.1. Princípios da reserva legal e da anterioridade em matéria penal.....	885
24.2. Os mandados constitucionais de criminalização e o princípio da proibição de proteção deficiente .....	886
24.3. Racismo.....	889
24.3.1. O crime de racismo e sua abrangência: o antissemitismo e outras práticas discriminatórias .....	889
24.3.2. O estatuto constitucional punitivo do racismo e o posicionamento do STF: o caso do antissemitismo e outras práticas discriminatórias.....	892
24.3.3. O racismo homotransfóbico.....	893
24.4. Lei dos Crimes Hediondos, liberdade provisória e indulto.....	897
24.5. A imprescritibilidade de graves violações de direitos humanos .....	897
25. O regramento constitucional das penas e a Lei Anticrime .....	899
26. Extradicação e os direitos humanos .....	903
26.1. Conceito .....	903
26.2. Juízo de delibação e os requisitos da extradicação .....	905
26.3. Trâmite da extradicação.....	908
27. Devido processo legal, contraditório e ampla defesa .....	909
27.1. Conceito e seu conteúdo de acordo com o STF .....	909
27.2. O devido processo legal substancial .....	910
27.3. O devido processo legal e o duplo grau de jurisdição .....	911

27.4. O devido processo legal e a garantia do processo acusatório .....	912
27.5. O devido processo legal e as inovações da Lei n. 13.964/2019 (“Lei Anticrime”): juiz das garantias e a imparcialidade do juízo .....	914
27.6. O devido processo legal e a investigação criminal pelo poder judiciário: o inquérito das <i>fake news</i> .....	920
27.7. O direito de falar por último .....	925
28. Provas ilícitas .....	927
28.1. Conceito .....	927
28.2. Aceitação das provas obtidas por meios ilícitos e teoria dos frutos da árvore envenenada. O caso do Whatsapp .....	927
28.3. Direito à prova e cooperação jurídica internacional: A ADC 51 .....	929
29. A presunção de inocência e suas facetas .....	931
29.1. Aspectos gerais da presunção de inocência e o princípio acusatório no processo penal. a lei anticrime .....	931
29.2. A execução provisória ou imediata da pena criminal após o julgamento proferido em grau de apelação .....	934
30. Identificação criminal: o Banco Nacional de Perfil Genético e o Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais .....	940
31. Ação penal privada subsidiária .....	943
32. Publicidade dos atos processuais .....	943
33. Prisão civil .....	943
34. Assistência jurídica integral e gratuita .....	944
35. Defensoria Pública .....	945
35.1. Conceito, inserção constitucional e poderes .....	945
35.2. Funções institucionais da Defensoria Pública .....	947
35.3. Precedentes do STF .....	948
36. O direito à duração razoável do processo .....	949
37. Justiça de transição, direito à verdade e justiça .....	949
38. Garantias fundamentais .....	952
38.1. <i>Habeas corpus</i> .....	952
38.2. Mandado de segurança .....	955
38.3. Mandado de segurança coletivo .....	957
38.4. Mandado de injunção .....	960
38.5. <i>Habeas data</i> .....	963
38.6. Ação popular .....	965
38.7. Direito de petição .....	968
38.8. Ação civil pública .....	969
39. Direito à saúde .....	970
39.1. Aspectos gerais .....	970
39.2. Sistema Único de Saúde .....	973
39.3. Jurisprudência do STF .....	975
40. Sistema Único de Assistência Social .....	978
41. Direito à educação .....	980
41.1. Aspectos gerais .....	980
41.2. O direito à educação democrática e o direito à educação emancipadora .....	983
41.3. Jurisprudência do STF .....	985
42. Direito à alimentação .....	987
43. Direito à moradia .....	989
44. Direitos das pessoas com deficiência e das pessoas com transtornos mentais. ....	991

44.1. Direitos das pessoas com deficiência e a Lei n. 13.146/2015 .....	991
44.2. Direitos das pessoas com transtornos mentais.....	998
44.3. Direitos da pessoa com transtorno do espectro autista .....	999
45. Direito à mobilidade.....	1001
46. Direitos indígenas .....	1003
46.1. Noções gerais: terminologia .....	1003
46.2. Tratamento normativo até a Constituição de 1988.....	1005
46.3. Indígenas na Constituição. Competência. Ocupação tradicional. Aplicação da lei brasileira .....	1007
46.3.1. Aspectos os princípios e os dispositivos constitucionais ..	1007
46.3.2. A vulnerabilidade agravada dos povos indígenas .....	1009
46.3.3. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e o “renitente esbulho”. O marco temporal da ocupação.....	1010
46.3.4. A jurisprudência da Corte IDH e a matéria indígena: o Diálogo das Cortes .....	1014
46.3.5. O direito à consulta livre e informada das comunidades indígenas e o respeito às tradições: o pluralismo jurídico.....	1016
46.4. Povos indígenas e comunidades tradicionais em face do Direito Internacional.....	1017
46.5. Autonomia e questão tutelar.....	1019
46.6. A demarcação contínua e as suas condicionantes: o caso Raposa Serra do Sol.....	1021
46.6.1. A demarcação das terras indígenas.....	1021
46.6.2. O Caso Raposa Serra do Sol e as condicionantes .....	1022
46.7. Direito Penal e os povos indígenas .....	1026
46.8. Aspectos processuais.....	1028
46.9. Questões específicas da matéria indígena.....	1030
47. Direito à nacionalidade.....	1031
47.1. Nacionalidade na gramática dos direitos humanos .....	1031
47.2. Nacionalidade originária e a Emenda Constitucional n. 54/2007 .....	1032
47.3. Nacionalidade derivada ou secundária (adquirida).....	1034
47.4. Quase nacionalidade.....	1037
47.5. Diferença de tratamento entre brasileiros natos e naturalizados .....	1038
47.6. Perda e renúncia ao direito à nacionalidade.....	1039
48. Direitos políticos .....	1043
48.1. Conceito: o direito à democracia .....	1043
48.2. Democracia indireta ou representativa, democracia direta e democracia semidireta ou participativa .....	1047
48.3. A democracia partidária: os partidos políticos.....	1049
48.4. Os principais institutos da democracia direta utilizados no Brasil.....	1055
48.5. Os direitos políticos em espécie: o direito ao sufrágio .....	1057
48.5.1. Noções gerais.....	1057
48.5.2. Capacidade eleitoral ativa: a alistabilidade.....	1059
48.5.3. A capacidade eleitoral passiva: a elegibilidade .....	1061
48.5.4. A capacidade eleitoral passiva: as inelegibilidades constitucionais e infraconstitucionais .....	1062
48.5.5. Direito à boa governança e o controle de convencionalidade da Lei da Ficha Limpa: o caso Lula .....	1067
48.6. Perda e Suspensão dos direitos políticos.....	1072
48.7. A segurança da urna eletrônica e o direito ao voto seguro .....	1076

49. Direitos sexuais e reprodutivos.....	1078
49.1. A proteção dos direitos sexuais e reprodutivos .....	1078
49.2. Direito à livre orientação sexual e identidade de gênero .....	1082
50. Direitos dos migrantes.....	1087
50.1. Aspectos Gerais.....	1087
50.2. Histórico brasileiro do tratamento jurídico ao migrante.....	1090
50.2.1. Fase do estrangeiro como inimigo.....	1090
50.2.2. Fase do estrangeiro como imigrante e fator de desenvolvimento .....	1091
50.2.3. Fase do controle e xenofobia .....	1092
50.2.4. Fase da segurança nacional .....	1093
50.2.5. A CF/88 e a fase da igualdade e garantia.....	1094
50.3. A nova Lei de Migração (Lei n. 13.445/2017) .....	1095
50.3.1. Aspectos gerais da nova lei.....	1095
50.3.2. As principais características .....	1096
50.4. As medidas administrativas de retirada compulsória do imigrante .....	1102
50.4.1. Aspectos gerais .....	1102
50.4.2. A repatriação .....	1103
50.4.3. A deportação .....	1103
50.4.4. A expulsão .....	1104
50.5. A Portaria n. 770/2019 e a saída compulsória de estrangeiros por razões sérias de prática de crimes.....	1106
50.6. A detenção e o direito à notificação da assistência consular.....	1107
51. Direitos dos quilombolas .....	1109
52. COVID-19 e os direitos humanos .....	1110
52.1. A “Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional” (ESPII) e o novo coronavírus (COVID-19).....	1110
52.2. O balanceamento e as restrições aos direitos em tempo de pandemia. A manutenção das eleições e a Emenda Constitucional n. 107.....	1113
52.3. A vigilância epidemiológica e a restrição a direitos .....	1114
52.4. Direito à saúde como direito autônomo, independente da proteção ao direito à vida. O direito à assistência social na pandemia .....	1116
52.5. O direito à informação: da ocultação de dados à nova “Revolta da Vacina” .....	1117
52.6. A liberdade de locomoção (ir e vir), direito ao trabalho, livre-iniciativa, liberdade de religião e liberdade do exercício profissional.....	1118
52.7. O direito à autodeterminação e à integridade pessoal: a vacinação e a internação compulsórias .....	1120
52.8. A liberdade religiosa: o fechamento de lugares de culto e a cremação de cadáveres .....	1121
52.9. O direito dos povos indígenas, diálogos institucionais e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	1122
52.10. O direito dos migrantes e o fechamento das fronteiras.....	1123
52.11. Direito à privacidade (“MP do IBGE”) .....	1127
52.12. Direito à vida e à saúde dos presos.....	1128
52.13. Direito à vida e as incursões policiais em comunidades.....	1130
<b>Referências.....</b>	<b>1133</b>